

Governador convoca escrivães e confirma concurso da Polícia Civil

12/03/2020

Polícia Civil

O governador Carlos Massa Ratinho Junior assinou nesta quinta-feira (12), no Palácio Iguazu, a convocação de 200 escrivães da Polícia Civil aprovados em concurso de 2018. Na mesma solenidade, ele também confirmou um novo concurso para a corporação, que vai selecionar 50 delegados de polícia, 50 papiloscopistas e 300 investigadores.

Ratinho Junior anunciou, ainda, o encaminhamento à Assembleia Legislativa de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que assegura a aposentadoria integral e paritária aos policiais civis que ingressaram na instituição após a Emenda Constitucional 41/2003, da Constituição Federal. Antes, o benefício era previsto somente aos que tivessem ingressado até dezembro de 2003.

O reforço nos quadros da Polícia Civil, afirmou o governador, contribui para tornar mais eficientes as investigações policiais e a solução de crimes no Estado. Em 2019, a Polícia Civil esclareceu 61% dos homicídios registrados em Curitiba, contra 37% dos esclarecimentos dos casos ocorridos no ano anterior. A média de solução de crimes no Estado passou de 31% em 2018 para 62% no ano passado, sendo que no Interior, 75% dos crimes foram esclarecidos em 2019.

“O perfil técnico e o trabalho brilhante dos profissionais da Polícia Civil ajudam a amenizar os problemas na área de segurança no Paraná”, disse Ratinho Junior. “O mínimo que o Estado pode fazer é criar uma estrutura para que esses profissionais tenham um ambiente saudável para exercer essa expertise, alcançada com muitos anos de conhecimento e de preparo”, afirmou.

De acordo com o governador, a contratação de novos profissionais vai desafogar o trabalho dos atuais. “Em algumas regiões, os policiais estão com sobrecarga de trabalho. Esse concurso vai amenizar o volume de serviços desses profissionais”, salientou.

REPOSIÇÃO – Os escrivães convocados nesta quinta-feira iniciam, em abril, um curso de capacitação na Escola Superior da Polícia Civil, recebendo o título de especialização. Após a formação, que deve durar cerca de seis meses, os

policiais serão distribuídos nas delegacias de polícia de Curitiba, Região Metropolitana e no Interior do Estado, conforme a necessidade.

O delegado-geral da Polícia Civil, Sílvio Rockembach, afirmou que o chamamento e a homologação do concurso resolvem o problema de defasagem de pessoal na instituição. “A reposição permanente de profissionais na Polícia Civil melhoram a estrutura, é um avanço que reflete na melhoria e excelência do serviço que a instituição presta à população”, disse. “As nossas carreiras estão defasadas há muito tempo. Então dentro de um planejamento do Governo do Estado, faremos essa reposição do efetivo, que será feita ao longo dos próximos anos, para dar condições adequadas de trabalho”.

O concurso, realizado em 2018, recebeu 41.163 inscrições. Foram aprovados 633 profissionais, após cinco fases de provas. O certame foi organizado pela Coordenadoria de Processos Seletivos da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

NOVOS CONCURSOS – O Governo do Estado assinou o contrato com a Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar) para a organização do novo concurso. O edital será lançado dez dias úteis após a publicação do contrato em Diário Oficial. A previsão é que o certame seja concluído em dezembro. O último concurso para delegado aconteceu em 2013, e para os demais profissionais foi há mais de dez anos, em 2009.

A Funpar também será responsável pela organização do concurso da Polícia Militar do Paraná, que contratará 2,4 mil policiais e bombeiros. O contrato foi assinado na semana passada pelo governador Ratinho Junior e edital deve sair até o dia 20 de março.

APOSENTADORIA – A PEC que será encaminhada à Assembleia Legislativa visa à valorização do policial civil, que hoje se aposenta recebendo cerca de 80% dos vencimentos de quem está na ativa. “O Paraná foi um dos primeiros estados a fazer a reforma da previdência, mas agora temos a obrigação de fazer algumas adequações, em especial para a carreira da Polícia Civil”, disse Ratinho Junior.

“O policial exerce uma atividade de risco, extremamente desgastante. Como a legislação permite regras diferenciadas para a aposentadoria da categoria, assim como foi feito com a Polícia Militar, a proposta custa garantir a integralidade e paridade aos policiais civis que fizeram concursos após 2003”, explicou o delegado-geral da PCPR, Sílvio Rockembach.

PRESENCAS - Participaram da solenidade o secretário em exercício da Segurança

Pública, coronel Pedro Luiz Humphreys Stonoga; o delegado-geral adjunto da Polícia Civil, Riad Farhat; o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Samuel Prestes; o coordenador estadual da Defesa Civil, tenente-coronel Fernando Raimundo Schünig; e o deputado estadual Rubens Recalcatti.